PROT: Nº 71 389 (KIS.00)

jleH

A. CARTÓRIO DE REGISTRO
DE MONTES DA CAPITAL

INSTRUMENTO COMPRETICUEAR DE INSTITUIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DE CONDOMÍNIO DO "EDIFÍCIO DUCHAMP VILLON"

São partes neste instrumento,

a) como INCORPORADORA e doravante assim simplesmente designada, PLANENGE - CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA., sociedade com sede nesta Capital à Rua Haddock Lobo, 1340, sobreloja, inscrita no CGC/MF sob o nº 47.692.322/0001-02, constituída por contrato social de 06 de abril de 1976, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 843.552, em 20 de maio de 1976, e posteriores alterações ali também arquivadas, sendo a última delas registrada sob o nº 188.507/93-0, em 03 de dezembro de 1993, neste ato representada na forma de seus estatutos sociais.

b) como CONDÔMINOS e doravante assim simplesmente designados,

b.1.) PAULO ROGÉRIO MATIAS, empresário, e sua mulher, JACQUELINE FRANCES RODWELL MATIAS, desenhista, brasileiros, casados sob o regime da separação de bens, anteriormente à vigência da Lei 6515/77, conforme escritura de pacto ante-nupcial lavrada nas notas do Cartório de Registro Civil do 30° Subdistrito-Ibirapuera, desta Capital, livro nº 56, fls. 211, registrada sob nº 885 no 4° Cartório de Registro de Imóveis da Capital, portadores, respectivamente, das cédulas de identidade R.G. nºs 3.690.387 e 2.026.278 e, na mesma ordem, inscritos no CPF/MF sob os nºs 023.652.948-04 e 762.880.728-34, residentes e domiciliados em Cotia, neste Estado, à Rua Marcondes Filho, 559;

0

M

les we

John John Am

2

b.2.)

Southere recommendations in the second secon

CARAGRIO DE RESTRO DE INOXELO DA CAPITAL

SIQUEIRA.

e sua mulher, SONIA anniArrido contro Cartifo E administrador, SIQUEIRA, comerciante, brasileiros, casados sobilio regime da comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6515/77, portadores, respectivamente, das cédulas de identidade R.G. nºs 3.042.188 e 2.842.889 e, na mesma ordem, inscritos no CPF/MF sob os nºs 024.267.228-00 e 128.213.698-40, residentes e domiciliados nesta Capital à Rua Marieta, nº 67;

b.3.) ANTONIO **CARLOS** TELLES. administrador de empresas, e sua mulher, CECÍLIA MEIRELLES FERREIRA TELLES, do lar, brasileiros, casados sob o regime da comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6515/77, portadores, respectivamente, das cédulas de identidade R.G. nºs 3.864.707 e 3.627.906, inscritos no CPF/MF sob o nº 586.407.038-68, residentes e domiciliados nesta Capital à Rua Prof. Guilherme Milward, 269;

b.4.) LEONEL QUEIRÓZ VIANNA NETO, engenheiro, e sua mulher, CONSUELO MARIA MARTINEZ VIANNA, do lar, brasileiros, casados sob o regime da comunhão de bens, na vigência da Lei 6515/77, conforme escritura de pacto ante-nupcial lavrado nas notas do 30º Cartório de Notas da Capital, livro nº 59, fls. 24, registrada sob o nº 3.877, ficha 01, livro 03-Registro Auxiliar do 14º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, 💉 portadores, respectivamente, das cédulas de identidade R.G. nºs 6.249.054 e 670.013-DF e, na mesma ordem, inscritos no CPF/MF sob os nºs 221.562.161-34 e 117.391.138-37, residentes e domiciliados em Assis, neste Estado, à Rua da Assembléia, nº 491, neste ato representado por seu bastante procurador, OSMAR ONOFRE VIANNA, brasileiro, viúvo, engenheiro civil, portador da cédula de identidade R.G. nº 1.254.399, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.890.418-53, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Paulo II, 93, conforme procuração Javrada nas notas do 2º Tabelionato da Comarca de Cândido Mota, neste Estado, em 11 de agosto de 1994, livro nº 36, fls. 44/45;

3

b.5.) José interestable, agente interiormono, e sua mulher, MARIA HELENA BARBOSA MARTINIU interiormente à vigência da Lei 6515/77, portadores, respectivamente, das cédulas de identidade R.G. n°s 1.473.367 e 6.760.936, inscritos no CPF/MF sob o n° 006.443.158-49, residentes e domiciliados nesta Capital à Rua Carangola, n° 300;

4.º CARTORIO DE REGISTRO

b.6.) MARIA EVANGELINA GUERNER
MONTEIRO PINHEIRO, brasileira, bibliotecária, solteira, maior, portadora da cédula de identidade R.G. nº 3 0 25 5 05, inscrita no CPF/MF sob o nº 0 5 4 . 193 3 6 8 - 0 4, residente e domicitiada nesta Capital à Rua Baltazar da Veiga, nº 1 4 2, aptº 9 2;

b.7.) WELLINGTON GOMES MOURA, engenheiro, e sua mulher, CONSUELO BARROS MOURA, administradora de empresas, brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6515/77, portadores, respectivamente, das cédulas de identidade R.G. nºs 2.756.718-RJ e 847.531-BA, e, na mesma ordem, inscritos no CPF/MF sob os nºs 350.772.207-00 e 211.528.885-87, residentes e domiciliados nesta Capital à Rua Girassol, nº 1048, aptº 33;

b.8.) SANDRA LEN; comerciante, brasileira, solteira, maior, portadora da cédula de identidade R.G. nº 9.052.176, inscrita no CPF/MF sob o nº 111.566.468-98, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Amazonas, nº 84, aptº 101;

b.9.) MASSASHI RUY OHTAKE, brasileiro, solteiro, arquiteto, portador da cédula de identidade R.G. nº 2.076.860, inscrito no CPF/MF sob o nº 027.869.158-72, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Posta Delgada, nº 76;

b.10.) RUY OHTAKE ARQUITETURA E URBANISMO S/C. LTDA., sociedade com sede nesta Capital à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1882, 11º andar, inscrita no CGC/MF sob o nº 47.424.825/0001-05,

. V. n

JH Var

Just At a

()

A. PARTORIO DE REGISTRO DE INCOVEIS DA CAPITAL

neste ato representada por seus diretores. Massashi Ruy Ontake, acima qualificado e Ricardo Itsuo Ontake, brasileiro, carquitetorignostador da cédula de identidade R.G. nº 2.302.025, inscrito quivado Pieste (Saltón) nº 191.149.908-49, residente e domiciliado nesta Capital, no endereco supra

b.11.) HORST HISSNAUER, alemão, empresário, separado consensualmente, portador da cédula de identidade RNE nº W-504656-8-SE/DPMAF, inscrito no CPF/MF sob o nº 033.470.878-87, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Urimonduba, nº 98, 16º andar, e SUZANNE HISSNAUER, brasileira, empresária, separada judicialmente, portadora da cédula de identidade R.G. nº 2.220.297-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 011.769.928-48, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Pacheco de Miranda, nº 79.

As partes acima nomeadas e qualificadas, por este instrumento, instituem e especificam o condomínio do "EDIFÍCIO DUCHAMP VILLON", conforme segue:

I - DECLARAÇÕES PRELIMINARES

1. Por força de escritura de venda e compra lavrada nas notas do 16º Tabelionato desta Capital, em 02 de setembro de 1986, livro nº 1094, fls. 90-vº, registrada sob os nºs 10 (dez) e 2 (dois), respectivamente, nas matrículas nºs 60.923 e 63.812 do 4º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital, a INCORPORADORA tornou-se proprietária do terreno forma pela reunião de dois terrenos, onde existiram os prédios nºs 366 e 370 da Rua Bueno Brandão, no 28º subdistrito, município e comarca desta Capital, 4ª circunscrição imobiliária, de forma irregular, medindo 20,00m (vinte metros) de frente para a referida Rua Bueno Brandão, por 30,00m (trinta metros) da frente aos fundos, de ambos os lados, tendo nos fundos a largura de 24,30m (vinte e quatro metros e trinta centimetros), encerrando a área total de 600,00m2 (seiscentos metros quadrados),

Gen

L. W.te.

A W

₩

mais ou menos, confinando, do lado difeilo de quem da rua olha para o imóvel, com o prédio nº 248 da Rua Jacques Felix, diferado esquerdo gara o prédio 382 da Rua Bueno Brandão e nos fundos com os predios esquerdos esquerdos esquerdos esques felix.

ARTOMO DE REGISTRO

Nos termos do que consta da averbação nº 16, feita na matrícula nº 88.225 do 4º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, decorrente de mandado passado em 18 de junho de 1993, pelo Cartório do 1º Ofício e Juízo de Direito da 1ª Vara, ambos de Registros Públicos desta Capital, expedido nos autos de Retificação de Área (proc. nº 695/92), a descrição do terreno objeto da citada matrícula, passou a ser a seguinte: tem início no ponto "A", situado na intersecção do alinhamento predial da Rua Bueno Brandão e a divisa lateral direita do imóvel, referência de que do lado direito da via observa o mesmo, e a 10,00m da esquina da Rua Jacques Félix; daí, segue pelo alinhamento predial da rua ora citada com azimute 302°23'29", distância de 20,00m até chegar ao ponto "B"; dai, deste ponto deflete à direita e segue pela divisa lateral esquerda do imóvel em direção aos fundos com azimute 24º 26'22", distância de 30,12m confrontando lateralmente com o imóvel de nº 382 da Rua Bueno Brandão até chegar ao ponto "C"; dai, deflete à direita e segue pela linha limite dos fundos da área com azimute 122º 53'18", distância de 25,07m confrontando tateralmente com o imóvel nº 226 da Rua Jacques Felix, Edifício Daniela, até chegar ao ponto "D"; dai, deste ponto deflete à direita e segue pela divisa lateral direita do imóvel em direção à frente com azimute 214º08'36", distância de 29,63m, confrontando com os fundos do imóvel com frente para a Rua Jacques Félix nº 248, Edifício Maruá, até chegar ao ponto "A", inicial onde fecha o perimetro com uma área de 669,55ms2."

2. Os CONDÔMINOS, por sua vez, tomaram-se proprietários das frações ideais correspondentes às unidades autônomas por eles subscritas, adiante mencionadas, por força dos seguintes registros:

a) Os CONDÔMINOS PAULO ROGÉRIO
 MATIAS e sua mulher, JACQUELINE FRANCES RODWELL MATIAS, subscritores
 da unidade autônoma designada apartamento nº 91, adquiriram a correspondente

designada apartamento nº 91, adquiriram a correspond

 \bigcirc

1/2

A. CARTORIO DE REGISTRO
OF VACANTO DE CAPITAL

fração ideal de 5,6701% no terreno por força do registro no UI, feito na matrícula nº 88.225/A.91, do 4º Cartório de Registro de Registro

b) Os CONDÔMINOS JOSÉ FERREIRA DE SIQUEIRA e sua mulher, SONIA MARIA CANCORO DE SIQUEIRA, subscritores das unidades autônomas designadas apartamentos nº 81 e 111, adquiriram as correspondentes frações ideais de 5,6701% e 5,6701% no terreno por força dos registros nº 01 e 01, feitos nas matrículas nºs 88.225/A.81 e 88.225/A.111, do 4º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital.

c) Os CONDÔMINOS ANTONIO CARLOS TELLES e sua mulher, CECÍLIA MEIRELLES FERREIRA TELLES, subscritores da unidade autônoma designada apartamento nº 131, adquiriram a correspondente fração ideal de 5,6701% no terreno por força do registro nº 01, feito na matrícula nº 88.225/A.131, do 4º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital.

d) Os CONDÔMINOS LEONEL QUEIROZ VIANNA NETO e sua mulher, CONSUELO MARIA MARTINEZ VIANNA, subscritores da unidade autônoma designada apartamento nº 11, adquiriram a correspondente fração ideal de 5,6701% no terreno por força do registro nº 01, feito na matrícula nº 88.225/A.11, do 4º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital.

e) Os CONDÔMINOS JOSÉ MARTINI e sua mulher, MARIA HELENA BARBOSA MARTINI, subscritores da unidade autônoma designada apartamento nº 61, adquiriram a correspondente fração ideal de 5,6701% no terreno por força do registro nº 01, feito na matrícula nº 88.225/A.61, do 4º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital.

f) a CONDÔMINA MARIA EVANGELINA GUERNER MONTEIRO PINHEIRO, subscritora da unidade autônoma designada epartamento nº 51, adquiriu a correspondente fração ideal de 5,6701% no terreno por força do registro nº 01, feito na matrícula nº 88.225/A.51, do 4º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital.

Jew Jr

d

·

9) OF CONDOMINOS WELLINGTON GOMES

MOURA e sua mulher, CONSUELO BARRADS MOURA, subscritores da unidade autônoma designada apartamento nº 71, adquivirale a correspondente fração ideal de 5,6701% no terreno por força do registro nº 01, feito na matrícula nº 88.225/A.71, do 4º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital.

h) A CONDÔMINA SANDRA LEN, subscritora da unidade autônoma designada apartamento nº 101, adquiriu a correspondente fração ideal de 5,6701% no terreno por força do registro nº 01, feito na matrícula nº 88.225/A.101, do 4º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital.

i) O CONDÔMINO MASSASHI RUY OHTAKE, subscritor da unidade autônoma designada apartamento nº 31, adquiriu a correspondente fração ideal de 5,6701% no terreno por força do registro nº 01, feito na matrícula nº 88.225/A.31, do 4º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital.

j) A CONDÔMINA RUY OHTAKE ARQUITETURA E URBANISMO S/C LTDA., subscritora da unidade autônoma designada apartamento nº 141, adquiriu a correspondente fração ideal de 5,6701% no terreno por força do registro nº 01, feito na matrícula nº 88.225/A.141, do 4º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital.

k) Os CONDÔMINOS HORST HISSNAUER e SUZANE HISSNAUER, subscritores da unidade autônoma designada apartamento nº 121, adquiriram a correspondente fração ideal de 5,6701% no terreno por força do registro nº 07, feito na matricula nº 88.225/A.121, do 4º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital.

I) Os CONDÔMINOS JOSÉ FERREIRA DE SIQUEIRA e sua mulher, SONIA MARIA CANCORO DE SIQUEIRA e ANTONIO CARLOS TELLES e sua mulher, CECÍLIA MEIRELLES FERREIRA TELLES, subscritores da unidade autônoma designada apartamento nº 171, adquiriram a

(9)

R

1

der Jol

Mass.

The W

correspondente fração ideal de 9,2784% no terreno, por força do registro feito na matrícula nº 88.225/A.171, do 4º Cartóno de Registro de Imóveis da Capital.

A INCORPORADORA destinou o terreno 3. descrito no item "1" a um empreendimento imobiliário regulado pela Lei nº 4591, de 16 de dezembro de 1964 e posteriores alterações, consistente na incorporação e construção de um prédio para apartamentos residenciais, conforme o projeto aprovado pela Prefeitura do Município de São Paulo no processo nº 05-012.091-85*07, para o qual foi concedido o alvará de construção nº 4000904863, em 20 de maio de 1986, apostilado em 20 de dezembro de 1986 (proc. nº 05-012.782-86*00), e novamente apostilado em 30 de julho de 1.993 (proc. nº 05-000.988-93*08.prédio este ao qual se deu a denominação de "EDIFÍCIO DUCHAMP VILLON".

pela 4 Assumindo responsabilidade incorporação, a INCORPORADORA promoveu o arquivamento, no 4º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, da documentação exigida pelo artigo 32 da mencionada Lei nº 4591, de 16 de dezembro de 1964, ficando o respectivo memorial registrado, naquele mesmo Cartório, sob o nº 1 (um), na matrícula nº 88.225.

5. O "EDIFÍCIO DUCHAMP VILLON" encontra-se hoje totalmente pronto e acabado, tendo recebido o número 366 (trezentos e sessenta e seis) da Rua Bueno Brandão, conforme prova o Auto de conclusão nº 033/VM/94, emitido pela Prefeitura do Município de São Paulo, AR-VM, em 11 de março de 1994, no processo nº 34-001.038-94*08.

II - DESCRIÇÃO DO "EDIFÍCIO DUCHAMP VILLON"

6. O "EDIFÍCIO DUCHAMP VILLON" é composto de 2 (dois) sub-solos, andar térreo, 17 (dezessete) andares superiores e cobertura, assim caracterizados:

RIOMO DE REGISTAD

2º sub-sola centém tampa de acesso, caixa de escadas, depósito, poços dos elevadores e parte de garagem coletiva, com capacidade para abrigar 21 (vinte e um) automóveis de passeio em lugares determinados, estacionados com auxilio de manobristas, em 15 (quinze) vagas, sendo 6 (seis) delas duplas, comportando 2 (dois) automóveis cada uma e 9 (nove) delas simples, comportando 1 (um) automóvel cada uma;

1º sub-solo: contém rampas de acesso, caixa de escadas, depósito, poços dos elevadores e parte da garagem coletiva, com capacidade para abrigar 14 (catorze) automóveis de passeio em lugares determinados, estacionados com auxílio de manobristas em 12 (doze) vagas, sendo 2 (duas) delas duplas, comportando 2 (dois) automóveis cada uma e 10 (dez) delas simples, comportando 1 (um) automóvel cada uma.

andar térreo: contém a entrada do edificio, guarita, "play-ground", hall social, salão com copa e sanitários, hall de serviço, poços dos elevadores, duto de ventilação, caixa de escadas, vestiário e apartamento do zelador.

1º (primeiro) ao 16º (décimo sexto) andares superiores: contém, cada um destes andares, 1 (um) apartamento-tipo.

17º (décimo sétimo) andar superior: contém, este andar, parte do apartamento "dúplex" que abrange também o apartamento de cobertura, ou 18º andar.

cobertura ou 18º andar: contém parte do apartamento "dúplex" que abrange também o 17º (décimo sétimo) andar;

ático: contém caixa de escadas, casa de

máquinas e caixas d'água.

1

den ja

Was The

(1)

10

III - INSTITUIÇÃO E ESPECIFICAÇ

7.

Contere com o original

ANATOMAN DE JURASTRA

MY LATE DA CAPITAL

arguivado neste Cartório Pelo presente

instrumento

а

INCORPORADORA institui o regime de condomínio especial previsto no artigo 7°, da Lei nº 4591/64, em relação ao 'EDIFÍCIO DUCHAMP VILLON", declarando, para tal fim, que o citado prédio;

a) denomina-se "EDIFÍCIO DUCHAMP

VILLON";

b) regula-se, em geral, pelo estabelecido na Lei nº 4591, de 16 de dezembro de 1964, e, em especial, pelo disposto no presente instrumento e no anexo instrumento de convenção condominial.

8. O "EDIFÍCIO DUCHAMP VILLON" é composto de partes comuns e de partes de propriedade exclusiva, a saber:

a) partes comuns: são aquelas definidas no artigo 3º da Lei 4591, de 16 de dezembro de 1964 e, ainda, a garagem coletiva, situada em parte do 1º (primeiro) sub-solo e em parte do 2º (segundo) sub-solo, o salão com copa e sanitários, bem como todas as demais dependências situadas no andar térreo, inclusive o apartamento do zelador.

b) partes de propriedade exclusiva,
 representada pelas unidades autônomas consistentes nos 17 (dezessete)
 apartamentos, os quais assim se descrevem, confrontam e caracterizam:

Apartamentos nºs 11, 21, 31, 41, 51, 61, 71, 81, 91, 101, 111, 121, 131, 141, 151 e 161, localizados, respectivamente, nos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º e 16º andares superiores, tem, cada um deles, a área real privativa de 153,56m2, área comum de 138,83m2 e área total de 292,39m2, correspondendo-lhe a fração ideal de 5,6701% no terreno e coisas comuns do condomínio,

Jan.

Www. Bod 90

Ð

confrontando, pela frente com o recuo da construção moltadoriginal a Rua Bueno Brandão; do lado direito com o recuo da construção do lado besquerdo com o recuo da construção voltado para a divisa lateral do terreno, onde este confronta com o prédio nº 248 da Rua Jacques Felix e nos fundos com o recuo da construção voltado para a divisa lateral do terreno, onde este confronta com o prédio nº 248 da Rua Jacques Felix e nos fundos com o recuo da construção voltado para a divisa de fundos do terreno, onde este confronta com os prédios nº 216 e 246 da Rua Jacques Felix.

CARTONIO DE REGISTRO DE IMPRAS DA CAPITAL

Apartamento nº 171 - "dúplex", localizado, parte no 17º andar superior e parte no 18º andar superior (cobertura), tem a área real privativa de 251,70m2, área comum de 218,89m2 e área total de 470,59m2, correspondendo-lhe a fração ideal de 9,2784% no terreno e coisas comuns do condomínio, confrontando, pela frente com o recuo da construção voltado para a Rua Bueno Brandão; do lado direito com o recuo da construção voltado para a divisa lateral do terreno onde este confronta com o prédio nº 382 da Rua Bueno Brandão, do lado esquerdo com o recuo da construção voltado para a divisa lateral do terreno, onde este confronta com o prédio nº 248 da Rua Jacques Felix e nos fundos com o recuo da construção voltado para a divisa de fundos do terreno, onde este confronta com os prédios nº 246 da Rua Jacques Felix.

IV - DECLARAÇÕES FINAIS

9. A convenção de condomínio do "EDIFÍCIO DUCHAMP VILLON" consta de documento separado, firmado pela INCORPORADORA e pelos CONDÔMINOS e que fica fazendo parte integrante e complementar do presente, para todos os fins e efeitos de direito.

10. Ficam autorizados e requeridos todos os registros imobiliários necessários à formalização do presente instrumento, ao qual é anexada a certidão negativa de débitos nº 989644, expedida pelo INSS - Instituto

fer H

A Solution

OLAHONET VA CAPITAL

Nacional de Seguro Social, em 19 de maio de 1994 e cópia do autor de conclusão nº 033/VM/94, expedido pela Prefeitura do março de 1994.

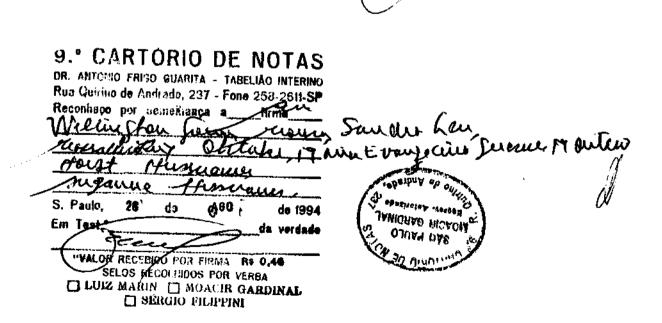
de São Paulo, com o original em 11 de arquivado neste Cartório

E, por estarem assim convencionadas, assinam as partes o presente instrumento, lavrado em 13 (treze) páginas datilografadas somente no anverso e na folha complementar de assinaturas que se segue a esta.

aple 12 de agosto de 1994. ÇÕES E COMÉRCIO Coly L'gunine CANCORO DE SIQUEIRA 9.º CARTORIO DE NOTAS Maria Hedena B. Maitini -MARIA HELENA BARBOSA MARTINI DR. ANTONIO FRIGO GUARITA - TABELIÃO INTERINO Rua Quirino de Andrade, 237 - Fone 259-268-SF which Rown Zroth de 1994

G. Paulo.

RECEDIO FOR FIRMA SELOS RECOLUNOS POR VERBA UN MARIN MOACIR GARDINAL PAPERTO PARTE F



SUZANNE HISSNAUER

ARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO

<u>de regletat</u> DRA. MARIA ROSA SOTTAND CONSTANTINO DOS SANTOS, Oficiala ďΟ Quarto

Cartório de Registro de Imóveis, CPF. 954.089.4981-00,original

certific A

RUA MAJOR DIOGO, 218 - S/LOJA - BELA VISTA - SÃO PAULO - SR

que o presente título foi protocolado em 30 de Agosto de 1.994, sob o número 192.408, e nesta data, procedidos os seguintes atos:

> AVERBAÇÃO NÚMERO 17 NA MATRICULA NÚMERO AVERBAÇÃO NÚMERO 18 NA MATRICULA NÚMERO REGISTRO NUMERO 19 NA MATRICULA NUMERO 88.225 AVERBADOS SOB OS NoS 03-05-04-08-02 NAS MATRICU-LAS NoS 116.288 & 116.301

REGISTROS NOS 04-06-05-09- NAS MATRICULAS NÚMEROS 116.288 à 116.299 e 116.301

SAO PAULO, 29 DE SETEMBRO DE 1.994

O OFICIAL SÚBSTITUTO

NOLUMENTOS DO CARTORIO REGISTRO 6.488,72 : R\$ AVERBAÇÃO : R\$ 66,12 PROC. DADOS 0,32 : R\$ SUB-TOTAL : R\$ 6.555,16 EMOLUMENTOS DO ESTADO : R\$ 1.769,89 CONTRIB. APOSENTADORIA 1.311,03 : R\$ TOTAL : R\$ 9.636,08

EMOLUMENTOS DO ESTADO E CONTRIBUIÇÃO DE APOSENTADORIA RECOLHIDOS PE-LA GUIA NUMERO 0186 Declaro que nesta data, recebi a la. via deste recibo.

(a) Nome

End. / /1.994. Data:

RUA MAJOR DIOGO, 218 - S/LOJA - BELA VISTA - SÃO PAULO - SP - FONE (011) 26-5364 - FAX: (011) 36-3168

CARTORIA DE ALCTSTRO MINISTER CAPITAL DRA. MARIA ROSA SOTTANO CONSTANTINO DOS SANTOS Oficiala

Quarto đΦ

Cartório de Registro de Imóveis, CPF.

Confere com o driginal

CERTIFI Arquivado neste Cartório

que o presente titulo foi protocolado em 30 de Agosto de 1.994, sob o número 192.408, e nesta data, procedidos os seguintes atos:

Civil

REGISTRO NO LIVRO 03 NúMERO 7320

SAO PAULO, 29 DE SETEMBRO DE 1.994

O OFICIAL SUBSTITUTO

EMOLUMENTOS DO CARTORIO 2,48 : R\$ REGISTRO : R\$ **AVERBAÇÃO** 0,32 PROC. DADOS : R\$ 2,80 : R\$ SUB-TOTAL EMOLUMENTOS DO ESTADO 0,76 : R\$ CONTRIB. APOSENTADORIA : R\$ 0,56 4,12 TOTAL : R\$

EMOLUMENTOS DO ESTADO E CONTRIBUIÇÃO DE APOSENTADORIA RECOLHIDOS PE-LA GUIA NUMERO 0186

nesta data, recebi a 1a. via deste recibo. Declaro que

(a) Nome End.

_/___/1.994. Data:

4.º CARLINTO, DE MEDISTRO
DE MERCAS LA CALLETE
CISCONICIONAL CALLE

São partes neste instrumento,

a) como Outorgante Incorporadora, simplesmente doravante designada INCORPORADORA, PLANENGE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA., sociedade com sede nesta Capital à Rua Haddock Lobo, nº 1340, Sobreloja, inscrita no CGC/MF sob o nº 47.692.322/0001-02, com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 843.552, em sessão de 20 de maio de 1976, neste ato representada por seu sócio gerente, Sílvio Ramazzotti, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade R.G. nº 3.481.279-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 679.360.168-72, residente e domiciliado nesta Capital;

b) como Outorgantes Condôminos, doravante designados em conjunto e genericamente "CONDOMINOS",

b.1.) PAULO ROGÉRIO MATIAS, empresário, e sua mulher, JACQUELINE FRANCES RODWELL MATIAS, desenhista, brasileiros, casados sob o regime da separação de bens, anteriormente à vigência da Lei 6515/77, conforme escritura de pacto ante-nupcial lavrada nas notas do Cartório de Registro Civil do 30° Subdistrito-Ibirapuera, desta Capital, livro nº 56, fls. 211, registrada sob nº 885 no 4° Cartório de Registro de Imóveis da Capital, portadores, respectivamente, das cédulas de identidade R.G. nºs 3.690.387 e 2.026.278 e, na mesma ordem, inscritos no CPF/MF sob os nºs 023.652.948-04 e 762.880.728-34, residentes e domiciliados em Cotia, neste Estado, à Rua Marcondes Filho, 559;

b.2.) JOSÉ FERREIRA DE SIQUEIRA, administrador, e sua mulher, SON!A MARIA CANCORO DE SIQUEIRA, comerciante, brasileiros, casados sob o regime da comunhão de bens.

DE INCAPITAL CAPITAL

anteriormente à vigência da Lei 65 15/77, portadores, respectivamente, das cédulas de identidade R.G. nºs 3.042.188 e 2.842.889 e, na mesma ordem, inscritos no CPF/MF sob os nºs 024.267.228-00 e 128.213.898-40, residentes e domiciliados nesta Capital à Rua Marieta, nº 67;

b.3.) ANTONIO CARLOS TELLES, administrador de empresas, e sua mulher, CECÍLIA MEIRELLES FERREIRA TELLES, do lar, brasileiros, casados sob o regime da comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6515/77, portadores, respectivamente, das cédulas de identidade R.G. nºs 3.864.707 e 3.627 906, inscritos no CPF/MF sob o nº 586.407.038-68, residentes e domiciliados nesta Capital à Rua Prof. Guilherme Milward, 269;

b.4.) LEONEL QUEIRÓZ VIANNA NETO, engenheiro, e sua mulher, CONSUELO MARIA MARTINEZ VIANNA, do lar, brasileiros, casados sob o regime da comunhão de bens, na vigência da Lei 6515/77, conforme escritura de pacto ante-nupcial lavrado nas notas do 30° Cartório de Notas da Capital, livro nº 59, fls. 24, registrada sob o nº 3.877, ficha 01, livro 03-Registro Auxiliar do 14° Cartório de Registro de Imóveis da Capital, portadores, respectivamente, das cédulas de identidade R.G. nºs 6.249.054 e 670.013-DF e, na mesma ordem, inscritos no CPF/MF sob os nºs 221.562.161-34 e 117.391.138-37, residentes e domiciliados em Assis, neste Estado, à Rua da Assembléia, nº 491, neste ato representado por seu bastante procurador, OSMAR ONOFRE VIANNA, brasileiro, viúvo, engenheiro civil, portador da cédula de identidade R.G. nº 1.254.399, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.890.418-53, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Paulo II, 93, conforme procuração lavrada nas notas do 2º Tabelionato da Comarca de Cândido Mota, neste Estado, em 11 de agosto de 1994, livro nº 36, fls. 44/45;

b.5.) JOSÉ MARTINI, agente autônomo, e sua mulher, MARIA HELENA BARBOSA MARTINI, do tar, brasileiros, casados sob o regime da comunhão de bens, anteriormente à vigência da Lei 6515/77, portadores, respectivamente, das cédulas de identidade R.G. n°s 1.473.367 e 6.760.936, inscritos no CPF/MF sob o n° 006.443.158-49, residentes e domiciliados nesta Capital à Rua Carangola, n° 300;

IN MOHI

The C

wal.

b.6.) MARIA EVANGELINA GUERNER

MONTEIRO PINHEIRO, brasileira, bibliotecária, solteira, major, portadora da cédula de identidade R.G. nº 3025.505, inscrita no CREME, sob o nº 054.193.368-04, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Baltazar da Veiga, nº 142, aptº 92;

b.7.) WELLINGTON GOMES MOURA, engenheiro, e sua mulher, CONSUELO BARROS MOURA, administradora de empresas, brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6515/77, portadores, respectivamente, das cédulas de identidade R.G. n°s 2.756.718-RJ e 847.531-BA, e, na mesma ordem, inscritos no CPF/MF sob os n°s 350.772.207-00 e 211.528.885-87, residentes e domiciliados nesta Capital à Rua Girassol, n° 1048, apt° 33;

b.8.) SANDRA LEN; comerciante, brasileira, solteira, maior, portadora da cédula de identidade R.G. nº 9.052.176, inscrita no CPF/MF sob o nº 111.566.468-98, residente e domiciliada nesta Capital à Rua Amazonas, nº 84, aptº 101;

b.9.) MASSASHI RUY OHTAKE, brasileiro, solteiro, arquiteto, portador da cédula de identidade R.G. nº 2.076.860, inscrito no CPF/MF sob o nº 027.869.158-72, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Posta Delgada, nº 76;

b.10.) RUY OHTAKE ARQUITETURA E URBANISMO S/C. LTDA., sociedade com sede nesta Capital à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1882, 11º andar, inscrita no CGC/MF sob o nº 47.424.825/0001-05, neste ato representada por seus diretores, Massashi Ruy Ohtake, acima qualificado e Ricardo ITSUO Ohtake, brasileiro, casado, arquiteto, portador da cédula de identidade R.G. nº 2.302.025, inscrito no CPF/MF sob o nº 191.149.908-49, residente e domiciliado nesta Capital, no endereço supra.

b.11.) HORST HISSNAUER, alemão, empresário, separado consensualmente, portador da cédula de identidade RNE nº W-504656-8-SE/DPMAF, inscrito no CPF/MF sob o nº 033.470.878-87, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Urimonduba, nº 98, 16º andar, e SUZANNE HISSNAUER, brasileira, empresária, separada judicialmente, portadora da cédula



de identidade R.G. nº 2.220.297-SSP/SP le linistrita no CPF/MF sob o nº nº 79.

011.769.928-48, residente e domiciliada riésta Capital à Rua Pachéco de Miranda,

Tarquis do neste Carena

As partes, acima nomeadas e qualificadas, na forma do que dispõe o artigo 9º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1.964,por este instrumento e na melhor forma de direito outorgam a convenção de condominio do "EDIFÍCIO DUCHAMP VILLON", nos seguintes termos : -

CAPÍTULO I

A COMPOSIÇÃO DO CONDOMÍNIO.

Art. 1º O "EDIFÍCIO DUCHAMP VILLON", localizado à Rua Bueno Brandão, nº 366, onde existiram os prédios nºs 366 e 370, na Vila Nova Conceição, 28º subdistrito, Jardim Paulista, do distrito, município e comarca desta Capital, 4º circunscrição imobiliária, é constituido de unidades autônomas de propriedade exclusiva dos condôminos e de partes de propriedade comum de todos os condôminos, descritas no instrumento de instituição e especificação de condomínio respectivo, e é regido pelo disposto nesta convenção, na Lei nº 4591, de 16 de dezembro de 1964 e no Decreto Lei nº 55.815 de 08 de março de 1965 e suas posteriores alterações.

Art. 2° As unidades autônomas, que constituem as partes de propriedade exclusiva, consistem nos apartamentos descritos e caracterizados no instrumento de instituição e especificação de condomínio a elas correspondente.

Art. 3º As partes de propriedade comum, que são insuscetíveis de divisão ou de alienação destacada das unidades autônomas e em relação às quais é vedada a utilização exclusiva por qualquer condômino, consistem naquelas que, por sua natureza ou destinação, sirvam ao uso comum, especialmente o terreno sobre o qual se assenta a edificação, as respectivas fundações, as paredes externas, as áreas internas e de ventilação, as colunas, as vigas, as escadas, os "halls " e corredores de circulação, os encanamentos tronco de entrada e saída de água, luz, gás e telefone, os elevadores e seus poços, as

caixas de escadas, as caixas d'água, a casa de máquinas, a garagem coletiva, situada em parte do 1º (primeiro) sub-solo e em parte no 2º (segundo) sub-solo, o salão com copa e sanitários, bem como todas as demais dependências situadas no andar térreo, inclusive o apartamento do zelador.

CAPITULO II

A DESTINAÇÃO E O USO DAS DIFERENTES PARTES DO CONDOMÍNIO.

Art. 4º As partes de propriedade comum destinam-se às finalidades que lhes são próprias, sendo de livre utilização por qualquer condômino, respeitada a comunhão e observado o disposto nesta convenção e o que vier a preceituar o regulamento interno do edifício.

Art. 5° As partes de propriedade exclusiva destinamse à finalidade estritamente residencial.

Parágrafo Único - A cada um dos apartamentos corresponderá o direito de uso das diferentes vagas situadas na garagem coletiva do edifício, localizada parte no 1º (primeiro) sub-solo e parte no 2º (segundo) sub-solo, cabendo a cada um dos apartamentos nºs 11 (onze) a 161 (cento e sessenta e um) o direito de estacionar 2 (dois) automóveis e ao apartamento nº 171 (cento e setenta e um) o direito de estacionar 3 (três) automóveis, tudo em vagas simples ou duplas, conforme o respectivo sorteio que será oportunamente realizado.

CAPÍTULO III

OS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONDÔMINOS.

Art. 6º

São direitos dos condôminos : -

a) - usar e fruir de suas respectivas unidades autônomas e das partes de propriedade comum de modo compatível com a sua respectiva destinação, desde que obadecidas au normas legais, as contidas nesta convenção e as eventuais disposições do regulamento interno do condomínio;

V W

Den July

Jan 7

b) - livremente dispor, alienar du onerar suas respectivas unidades autônomas, independentemente de consentimento dos demais condôminos:

c) - promover modificações ou reformas em suas respectivas unidades autônomas, independentemente do consentimento dos demais condôminos, desde que respeitadas as normas técnicas apropriadas e a segurança da edificação;

d) - comparecer às assembléias dos condôminos previstas nesta convenção e nelas discutir propostas, propor resoluções de interesse do condomínio, votar e ser votado, observadas as restrições contidas nesta convenção;

Art. 7º

São obrigações dos condôminos : -

 a) - obedecer as disposições da presente convenção e aquelas que vierem a integrar o regulamento interno do condomínio;

 b) - contribuir, na proporção adiante estabelecida, com o numerário suficiente para fazer frente às despesas normais e extraordinárias do condominio, aprovadas pela assembléia geral dos condôminos;

c) - pagar as multas que lhe forem impostas por infração ao disposto nesta convenção e no futuro regulamento interno do condomínio:

d) - conservar e reparar, à sua custa exclusiva, tudo quanto diga respeito às suas unidades autônomas;

e) - ressarcir o condomínio por sua conta exclusiva dos danos que, mesmo involuntariamente, causarem às partes comuns;

 f) - reparar ou indenizar os danos causados às demais unidades autônomas, decorrentes de desgaste, defeitos ou obras verificadas em suas respectivas unidades autônomas;

A Offi

g) - utilizar-se de seus direitos de forma a não prejudicar, impedir ou turbar o exercició de Iguais direitos por parte dos demais condôminos:

 h) - não causar dano ou incômodo aos demais condôminos, nem opor obstáculo, de qualquer tipo, à plena utilização das partes comuns.

Art. 8º Sem prejuízo do disposto nos artigos 6º e 7º desta convenção, é expressamente vedado a qualquer condômino: -

 a) - alterar a forma externa da fachada do prédio e de sua respectiva unidade autônoma;

 b) - decorar as partes e esquadrias externas de sua respectiva unidade autônoma com tonalidades diversas das empregadas no conjunto da edificação;

c) - utilizar-se de sua respectiva unidade autônoma com finalidade diversa da estabelecida na presente convenção ou praticar atos nocivos ou que possam causar risco em relação ao sossego, à salubridade e à segurança dos demais condôminos.

CAPÍTULO IV

AS DESPESAS DE CONDOMÍNIO E A FORMA DE DIVISÃO DESTES ENCARGOS ENTRE OS CONDÓMINOS.

Art. 9º Os condôminos concorrerão, obrigatoriamente, no pagamento das despesas normais e extraordinárias do condomínio, aquelas e estas aprovadas pela assembléia geral dos condôminos.

Art. 10 São despesas normais de custeio todas aquelas que se relacionem com a manutenção e funcionamento das coisas e

serviços condominiais, assim como com a conservação, reparação, limpeza e reposição das instalações de uso comum.

Butter

Art. 11 São; despesas extraordinárias aquelas decorrentes de fatos não previsíveis, bem como relativas a obras e melhorias, necessárias ou não, mas que atendam à conveniência da maioria absoluta dos condôminos.

Art. 12 O Sindico do condomínio elaborará, anualmente, o orçamento das despesas normais de custeio, o qual, após submetido e aprovado pela assembléia geral, terá o seu valor rateado entre os condôminos, para pagamento em parcelas mensais, com vencimento, cada uma, até o dia 5 (cinco) do mês a que se referir.

Art. 13 As despesas extraordinárias deverão ser pagas pela forma deliberada na assembléia geral que as tiver autorizado.

Art. 14 — O valor relativo ao atendimento das despesas de condomínio, ordinárias ou extraordinárias, será rateado entre os condôminos, na proporção das frações ideais de terreno relativas às respectivas unidades autônomas.

CAPITULO V

A ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO

Art. 15 A administração do condominio será exercida por um Sindico, pessoa física ou jurídica, que poderá ser condômino ou estranho ao condomínio.

Art. 16 O Síndico será eleito pela assembléia geral dos condôminos e o seu mandato será de dois anos, permitida a reeleição.

Art. 17 O Síndico poderá delegar as suas funções administrativas a pessoa ou empresa especializada de sua confiança, sempre, porém, sob sua exclusiva responsabilidade e mediante remuneração que vier a ser fixada pela assembléia geral dos condôminos.



Art. 18

Se o cargo de Sindico for exercido por condômino, a este não caberá qualquer remuneração, sem prejurzo do disposto no artigo anterior, no que se refere a delegação de funções administrativas do Síndico.

Art. 19 Compete ao Síndico a prática de todos os atos relativos à administração do condominio e, especialmente, aqueles indicados no artigo 22, parágrafo primeiro, da Lei nº 4591, de 16 de dezembro de 1964.

Art. 20 O condômino que se sentir prejudicado por qualquer ato do Síndico terá recurso, sem efeito suspensivo, destinado ao exame do ato impugnado, o que será feito pela assembléia geral dos condôminos imediatamente subsequente.

Art. 21 O Síndico poderá ser destituído pelo voto de 2/3 (dois terços) dos condôminos presentes à assembléia geral especialmente convocada para este fim, ficando a critério exclusivo da assembléia justificar o que nela for deliberado.

Art. 22 Na hipótese de destituição do Síndico e se este houver delegado a terceiros as suas funções administrativas, será promovido o acerto de contas entre o condomínio e o terceiro, devendo aquele pagar a este, no prazo de 30 (trinta) dias, as importâncias eventualmente devidas ou receber, no mesmo prazo, o ocasional crédito existente em favor do condomínio.

Art. 23 Juntamente com o Síndico a assembléia elegerá um sub-síndico, que será necessariamente condômino, ao qual incumbirá substituir o Síndico em suas faltas ou impedimentos ocasionais, atos que exercerá independentemente de remuneração. Ocorrendo a vaga do cargo de Síndico, caberá ao sub-síndico convocar a assembléia geral para a eleição destinada ao preenchimento desse cargo.

Art. 24 A mesma assembléia que eleger o Síndico e o sub-síndico elegerá, dentre os condôminos, um Conselho Consultivo, composto de 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo permitida sua reeleição.

Don't In the second

The way

Art. 25 atribuições legais : -

Ao Conseino Consultivo compete, além da

a) - examinar, ao menos trimestralmente, as

contas do condominio;

b) - emitir parecer sobre assuntos de interesse do condomínio, quando a tanto seja solicitado pelo Síndico ou por qualquer condômino:

c) - emitir parecer sobre a prestação de contas

do Síndico, e,

d) - emitir parecer sobre a previsão orçamentária elaborada pelo Sindico, sendo que, neste caso, o parecer deverá ser prestado com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação à data da assembléia geral à qual será submetida, correspondendo a falta desse parecer à aprovação da previsão orçamentária.

Art. 26 Não poderão ser eleitos para os cargos de Sindico, sub-síndico e membros do Conselho Consultivo, efetivos ou suplentes, os condôminos que estiverem atrasados em relação ao pagamento das despesas condominiais ou os que tiverem sido, em qualquer época, demandados judicialmente por atraso no pagamento dessas contribuições.

Art. 27 Os cargos de membros do Conselho Consultivo, efetivos ou suplentes, serão exercidos independentemente de remuneração.

CAPÍTULO VI

AS ASSEMBLÉIAS GERAIS DO CONDOMÍNIO

Art. 28 Todos os assuntos de interesse do condomínio serão resolvidos pela assembléia geral dos condôminos, que poderá ser ordinária ou extraordinária e, desde que obedecidas as disposições desta



My Kal-



10920

convenção, obrigarão todos os condôminos em relação que hela for deliberado. a partir do dia imediatamente subsequente à sua realização.

Art. 29 As assembléjas gerais ordinárias realizadas anualmente, entre os meses de janeiro a março, mediante convocação do Sindico, competindo-lhe deliberar sobre : -

a) - a eleição, a cada dois anos, do Síndico, do sub-síndico e dos membros do Conselho Consultivo, efetivos ou suplentes;

b) - as contas prestadas pelo Síndico, relativas ao exercício imediatamente anterior:

c) - a previsão orçamentária relativa ao exercício em curso na data da assembléia, fixando o valor e a forma de pagamento das contribuições destinadas ao atendimento das despesas condominiais;

d) - eventuais recursos interpostos por condôminos em relação a atos do Sindico ou penalidades a ele impostas;

e) - a fixação dos valores, mínimo e máximo, que vigorará no exercício, das multas a serem aplicadas nos casos de infração ao disposto nesta convenção e no regulamento interno;

f) - quaisquer outros assuntos de interesse do condominio.

Art. 30 As assembléias gerais extraordinárias serão realizadas sempre que houver necessidade de deliberação no interesse do condomínio e serão convocadas pelo Síndico ou por condôminos que representem 1/4 (um quarto) das unidades autônomas.

Art. 31 As convocações para a realização de assembléias gerais ordinárias ou extraordinárias serão feitas pelo Síndico, mediante carta protocolada ou registrada, com antecedência mínima de 8 (oito) dias em relação à data em que devam ser realizadas, devendo constar das

convocações, além da ordem do dia, que a assembléia geral instalar-se-á no horário nelas designado com a presença de condôminos que representem 2/3 (dois terços) dos votos totais e que, não verificado este número, a assembléia geral será instalada 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de condôminos a ela

Art. 32 Os condôminos que comparecerem à assembléia geral assinarão o livro de presença apropriado, devendo as deliberações tomadas pela assembléia geral serem reduzidas em ata, a qual será assinada pelo presidente da assembléia e pelos condôminos que o desejarem.

presentes, ressalvados os casos em que se exija quorum especial.

Art. 33 As assembléias gerais serão dirigidas por um presidente, escolhido entre os condôminos presentes, o qual nomeará um condômino para auxilia-lo nos trabalhos e na redação da ata respectiva.

Art. 34 As deliberações da assembléia geral dos condôminos serão tomadas, sempre, por maioria absoluta dos votos dos condôminos a ela presentes, à exceção das hipóteses em que seja exigido número especial de votos, maior do que o aqui estabelecido.

Art. 35 Os votos serão tomados de acordo e na proporção da fração ideal correspondente às unidades autônomas cujos proprietários estejam presentes às assembléias.

Art. 36 Os condôminos poderão fazer-se representar, nas assembléias gerais, por procuradores que deverão entregar ao presidente da assembléia geral os respectivos instrumentos de mandato.

Art. 37 O condômino que estiver em atraso com o pagamento de suas contribuições condominiais poderá participar das assembléias gerais, não sendo computado, todavia, o seu voto, para efeito do que nelas for deliberado.









CAPÍTULO VII

Art. 38

condomino que deixar contribuição condominial no prazo fixado peta assembléia geral, ficará obrigado ao pagamento de uma multa de 20% (vinte por cento) sobre o débito e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além de correção monetária, pelos indices oficiais, calculada sobre o valor do principal, acrescido da multa e dos juros de mora, pelo periodo transcorrido desde a data da exigibilidade da contribuição condominial, até a sua efetiva liquidação.

Art 39 O condômino que transgredir qualquer das disposições desta convenção ficará sujeito a uma pena pecuniária que the será imposta pelo Síndico, cujo valor, dependendo da gravidade da falta, variará entre o minimo e o máximo fixado pela assembléia geral para vigorar no exercício em que a mesma for aplicada.

CAPÍTULO VIII

FUNDO DE RESERVA

Art. 40 Será constituído um fundo de reserva para aplicação na amortização das despesas que forem expressamente mandadas resgatar com ele, através de deliberação da assembléia geral especialmente convocada.

Art. 41 Todos os condôminos concorrerão para a formação desse fundo de reserva, com uma importância correspondente a 5% (cinco por cento) sobre todos os pagamentos que fizerem ao Síndico a título de amortização das despesas comuns, ordinárias ou extraordinárias.

CAPÍTULO IX

SEGURO

Art. 42 Será obrigatoriamente contratado, para a edificação, seguro contra incêndio ou outro sinistro que cause destruição, no todo ou em parte, abrangendo todas as unidades autônomas e as partes comuns.



Art. 43

O seguro deverá ser contratado pelo valor de reposição, na forma do disposto no artigo 23 de Decreto nº 61.687 de 07 de dezembro de 1967 e o respectivo prêmio será computado nas despesas ordinárias do condomínio e rateado entre os condôminos, na forma do disposto no artigo 12 retro.

Art. 44 Ocorrendo sinistro, o valor da indenização será integralmente aplicado na reparação do dano causado, salvo quando resultar destruição de mais de dois terços da edificação, hipótese em que caberá à assembléia geral, especialmente convocada, deliberar sobre a construção ou venda do terreno e materiais, na forma do disposto no artigo 14 e seguintes da Lei nº 4591 de 16 de dezembro de 1964.

CAPITULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45 A presente convenção só poderá ser alterada mediante deliberação em assembléia geral extraordinária, de cuja convocação conste expressamente tal finalidade e desde que estejam presentes à assembléia geral condôminos que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total dos votos válidos.

Art. 46 Os condôminos, também mediante assembléia geral extraordinária, deliberarão sobre o estabelecimento das normas que integrarão o regulamento interno do condomínio, devendo a assembléia geral respectiva obedecer os mesmos requisitos daquela referida no artigo anterior.

Art. 47 Ainda pela assembléia geral extraordinária, os condôminos sortearão, entre si, a atribuição para efeito de utilização das vagas de garagem, e dos depósitos situados nos sub-solos do edifício, observado o disposto no parágrafo único do artigo 5º.

E, por estarem assim convencionadas, assinam as partes o presente instrumento, lavrado em 16 (dezesseis) páginas datilografadas somente no anverso, nas duas folhas de assinatura que se seguem a esta.

A. A. RE

Jon All



15 da Convenção de Condominio do "EDIFÍCIO Primeira folha de assinaturas da **DUCHAMP VILLON".** Armer final's Cultuffe ulo∧12 de agosto de 7994 LETRUCIDES E COMÉRCIO RODWELL MATIAS JOSÉ FERBEIRA DE SIQUEIRA Maria Cole Lymne QNIA MARIA CANCORO DE SIQUEIRA RREMRA TELLES Colena B. Wartini. MARIA EVANGELINA GUERNEB-MONTEIRO L. E. C4905 1 76. MHEIRO WELLINGTON GOMES MOU 9.º CARTORIO DE NOTA DR. ANTONIO FRICO CUARITA - TABELIAO INTERISO Rua Quirino de Archade, 257 - Fone 258-2611-\$2. CONSUELO BARROS MOURA Reconheço por semelitança a ling tenoge lus Rama Exoff carrier of the green da) verdade VALOR RECEBBO FOR CHIMA R. 0,46 SELOS RECOUNIDOS POR VERBA LAUR MAION [] MOAT IR GARDINAL TA SERGIO EN IPPERA

16

Segunda folha de assibaturas da Convenção de Condomínio do "EDIFÍCIO DUCHAMP VILLON" SANDRATEN

SANDRATEN

MASSASHI RUY ONTAKE/

RUYOHTAKE ARDUITETURA E URBANISMO

SIZANNE HISSNAUER

SUZANNE HISSNAUER

BE CARTOGO DE NOTAS

Pas surino de Andrade, 237 - l'one 259-2511-SE Reconheço por cantalhanca a — fina

Houst Hornaus

sugar tomane

O. Paulo, 28' do 68

Un verdade

PVALUE HE CELLOU FOR FRIMA RO 0.46

ELLOU HE COLLIERUS POR VERRA

LUIZ MARIN [] MOACIR GARDINAL

[] SERGIO FILIPPINI

CHOLARO STATE

di

RUA MAJOR DIOGO, 218 - S/LOJA - BELA VISTA - SÃO PAULO - SP - FONE/(011) /6-5364 - FAX: (011) 38-3166

DRA. MARIA ROSA SOTTANO CONSTANTINO DOS SANTOS, OLICIALA do Guarto Cartório de Registro de Imóveis, CPF. PONTARO CUM O OLICIA.

C E R T I F I BUNIVAGO DENSE CADADA.

que o presente titulo foi protocolado em 30 de Agosto de 1.994, sob o número 192.408, e nesta data, procedidos os seguintes atos:

REGISTRO NO LIVRO OS NÚMERO 7320

SAO PAULO, 29 DE SETEMBRO DE 1.994

O OFICIAL 9UBSTITUTO

EMOLUMENTOS DO CARTORIO	t	
REGISTRO	: R\$	2,48
AVERBAÇAD	ı R\$	·
PROC. DADOS	: R\$	0,32
SUB-TOTAL	: R\$	2,80
EMOLUMENTOS DO ESTADO	; R\$	0,76
CONTRIB. APOSENTADORIA	: R\$	0,56
İT O T A L	: R#	4,12

EMOLUMENTOS DO ESTADO E CONTRIBUIÇÃO DE APOSENTADORIA RECOLHIDOS PE-LA GUIA NÚMERO 0186

Declaro que nesta data, recebí a la. via deste recibo.

(a)			
Nome	· ·		
End.			
Data:	/	/1.994.	